



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA - S. PAULO

LEI N. 232 / 97 de 12 de Dezembro de 1997

INSTITUI O IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS E DE DIREITOS REAIS SOBRE ELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO BENEDITO ITO DIAS BATISTA SANTOS LISBOA, Prefeito do Município de Ribeira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais: FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O imposto sobre a transmissão "inter vivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles tem como fato gerador;

- I - A transmissão de bem imóvel por natureza ou por acessão física;
- II - A transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III - A cessão de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

ARTIGO 2º - O fato gerador deste imposto ocorrerá no território do município da situação do bem.

ARTIGO 3º - O imposto incidirá especificamente sobre:

- I - A compra e venda;
- II - A dação em pagamento;
- III - A permuta;
- IV - O mandato em causa própria, ou com poderes equivalentes, para transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o caso de o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel;
- V - A arrematação, a adjudicação e a remição;
- VI - As divisões de patrimônio comum ou partilha, quando for atribuído a um dos cônjuges, separado ou divorciado, valor dos bens imóveis acima da respectiva meação;
- VII - As divisões para extinção de condomínio de bem imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;
- VIII - O usufruto, a enfiteuse e a subenfiteuse;
- IX - As rendas expressamente constituídas sobre bem imóvel;
- X - A cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- XI - A cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda e de promessa de cessão;
- XII - A cessão de direitos de concessão real de uso;
- XIII - A cessão de direitos a usucapião;